



## PAICV - PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

### Declaração da Comissão Política

O PAICV está altamente preocupado com a actual situação política nacional. Cabo Verde vive na verdade, uma crise política séria, que tem como pano de fundo as profundas perturbações por que vem atravessando o Partido do Governo, com implicações sérias na governação do país.

A situação não melhorou, pelo contrário, agravou-se com os resultados do debate de urgência sobre a privatização da ENACOL, realizado no Parlamento, a pedido do PAICV.

O debate de urgência, pedido pelo Grupo Parlamentar do PAICV, no exercício do poder de fiscalização dos actos de governação pelo Parlamento e ainda, na intenção política de permitir ao Governo uma oportunidade para esclarecer à Nação sobre o processo de privatização da ENACOL, não clarificou devidamente o processo nem trouxe aos cidadãos a tranquilidade necessária em como o interesse público teria sido devidamente salvaguardado.

O Governo não conseguiu nem clarificar as vias labirínticas por que conduziu o processo de privatização da ENACOL nem eliminar a suspeição que neste caso, sobre ele incide. Fez o difícil exercício de querer tapar o sol com uma peneira e, logicamente, não conseguiu realizar tamanha proeza.

Os cidadãos continuam a interrogar-se sem encontrar uma resposta convincente e satisfatória. Permanece em causa, o interesse público e a declaração do Sr. Presidente da República à comunicação social, sobre o processo de privatização da ENACOL, traduz bem o estado de alma dos cabo-verdianos.

Do debate parlamentar ficou claro que existem dados evidentes e suficientes para se concluir que houve falta de transparência e sucessivas violações da legalidade em todo o processo de privatização da ENACOL.

É comumente aceite que os processos de privatização do património público exigem, pela sua natureza, o cumprimento estrito de regras legais que os orientam para se garantir precisamente, a sua transparência e a salvaguarda do interesse público. Tais exigências tornam inadmissível que possa subestimar ou ignorar o cumprimento destas imposições legais, a coberto da alegação de que se terá feito um bom negócio.

O PAICV entende que para a garantia da credibilidade do país e dos seus interesses, é indispensável que o Estado cabo-verdiano seja um autêntico Estado de Direito Democrático em que cada instituição desempenha normal e cabalmente, as suas funções e cumpre as suas obrigações. Neste sentido, considera o PAICV que as suas iniciativas políticas e parlamentares representam um contributo valioso para a materialização progressiva deste objectivo político.

É indiscutível que só um Estado de Direito pode assegurar o combate à corrupção. O Estado de direito significa que o direito se impõe a todos sem excepção. A corrupção instala-se precisamente, quando a lei é ignorada ou é contornada.

As acusações e contra-acusações e as ameaças e contra-ameaças, claras ou subentendidas, que se ouviram durante o debate parlamentar, são indícios de que muito ficou por esclarecer quanto à governação do país.





## PAICV - PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

É óbvio para todos, que o Governo perdeu credibilidade. Doravante fica aos olhos do cidadão comum, sujeito à suspeição.

Não é compreensível nem é razoável que o Governo continue a ter no seu seio um ou mais membros cujos actos estejam sujeitos a investigação judicial, em matérias tão sensíveis como sejam as privatizações. A ética e o bom senso recomendariam um afastamento voluntário. São as regras por que se rege o jogo político, numa Democracia que se quer autêntica.

A situação do Sr. Vice-Primeiro Ministro ficou muito mais precária e mais delicada, após a declaração do Sr. Presidente da República. O PAICV espera que o Sr. Primeiro Ministro e o Governo saberão fazer a leitura política correcta da declaração presidencial e tirar a tempo, as devidas ilações

Há seis meses que o Governo não governa. O país é refém da maioria parlamentar que detém o MPD. Entretanto, no momento em que o país enfrenta o ponto mais agudo da crise política, o Sr. Primeiro Ministro faz fuga para frente e deleita-se com os seus futuros projectos políticos pessoais. Esta atitude é no mínimo, incompreensível.

A Comissão Política do PAICV considera que o Sr. Primeiro Ministro e o Governo têm o dever moral de assumir as suas responsabilidades políticas perante a Nação e que a saída política credível é o afastamento do Governo, do Sr. Vice-Primeiro Ministro..

Entende ainda, a Comissão Política que, no quadro actual, o Governo perdeu a autoridade moral e a legitimidade para continuar a gerir o processo de privatizações, mormente, encontrando-se no fim do seu mandato.

Por fim, a Comissão Política reitera a todos os cabo-verdianos que vai continuar a cumprir o seu papel de oposição democrática, com determinação e patriotismo

A Comissão Política do PAICV

Praia, 6 de Junho de 2000

